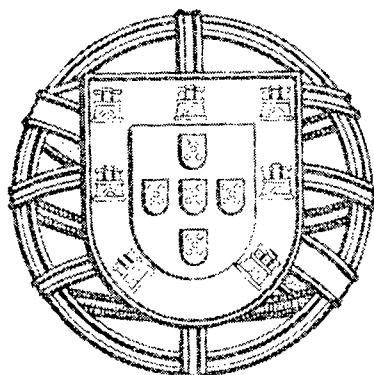


Terça-feira, 4 de Setembro de 1990

Número 204



II
SÉRIE

DIÁRIO DA REPÚBLICA

S U P L E M E N T O

S U M Á R I O

Ministério da Agricultura,
Pescas e Alimentação

Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura 9840-(2)



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PESCAS E ALIMENTAÇÃO**

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

Desp. 50/90. — Considerando que através da decisão da Comissão das Comunidades Europeias C (90) 1649, de 30-7-90, foi aprovada uma contribuição do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (Secção Orientação) para financiamento do Programa Operacional Temporais Out./Inv. 1989 (POT), que se destina à reconstituição do potencial produtivo agrícola afectado pelos temporais ocorridos em determinadas regiões do País no Outono/Inverno de 1989, integrado no eixo 4.A) do quadro comunitário de apoio, que não inclui a medida B;

Considerando que nos termos do art. 17.º do Dec.-Lei 121-B/90, de 12-4, a gestão, no caso de intervenções operacionais sectoriais constituídas por programas apoiados exclusivamente pelo Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (Secção Orientação), será assegurada pela Direcção-Geral de Planeamento e Agricultura:

Determino o seguinte:

1 — O Programa Operacional Temporais Out./Inv. 1989 (POT), cuja descrição técnica consta do anexo a este despacho, considera-se em execução a partir do Desp. 23/90, de 16-5, do Secretário de Estado da Agricultura, devendo ser garantida a sua integral execução até 31-12-93.

2 — A coordenação global do Programa será assegurada pela Direcção-Geral do Planeamento e Agricultura, competindo-lhe, designadamente:

- Assegurar a prossecução dos objectivos do Programa e a concretização das acções nele programadas;
- Promover o cumprimento das normas nacionais e comunitárias em matéria de concursos públicos e ambiente;
- Assegurar no âmbito do PIDDAC as contrapartidas nacionais das acções incluídas no Programa;
- Proceder ao acompanhamento, controlo e avaliação do POT;
- Elaborar os relatórios anuais e final do POT.

3 — É cometida à Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola a coordenação e supervisão da medida A.6, descrita em anexo, competindo-lhe, designadamente:

- Participar nos planos anuais das acções a desenvolver e na sua orçamentação;
- Elaborar relatórios periódicos de execução física e financeira das acções integradas naquela medida.

4 — Às direcções regionais de agricultura envolvidas na execução do Programa compete:

- Apoiar a elaboração e emitir parecer sobre os projectos que se enquadrem nas medidas A.1 a A.5 e C.1 a C.3;
- Preparar as memórias descriptivas ou os projectos que se inseriram na medida C.4;
- Assegurar o acompanhamento e controlo da execução daquelas medidas;
- Elaborar relatórios periódicos de execução física e financeira das mesmas medidas.

5 — Compete ao IFADAP:

- Emitir as instruções e demais documentação necessária à elaboração dos projectos e sua tramitação, após a audição dos restantes intervenientes;
- Analizar e aprovar os projectos;
- Celebrar os contratos de investimento e proceder aos respectivos pagamentos;
- Efectuar a fiscalização da execução das despesas e regularidade da aplicação das ajudas.

6 — O IFADAP poderá celebrar protocolos de colaboração com as entidades referidas nos n.ºs 2 a 4 com vista ao estabelecimento dos procedimentos que permitam a execução das medidas do Programa.

3-9-90. — O Secretário de Estado da Agricultura, *Álvaro dos Santos Amaro*.

ANEXO

POT

1 — O Programa Operacional Temporais Out./Inv. 1989 (POT) enquadra-se no eixo 4 do quadro comunitário de apoio, onde se inserem as medidas do Programa co-financiadas pela CEE.

2 — Objectivos — melhoria da competitividade da agricultura e promoção de desenvolvimento rural pela reconstituição do potencial produtivo agrícola após os temporais ocorridos em determinadas regiões do País nos meses de Outubro de 1989 e Janeiro de 1990.

3 — Medidas incluídas e níveis de subsidiação:

Medida A — Recuperação de estruturas privadas e colectivas

		Níveis de ajuda — Porcentagem
A1	Limpeza e reperfilamento de valas e linhas de água Desassoreamento de terras Reparação de rombos em valados Reposição de solo agrícola arrastado	55
A2	Electrificação: linha de alta ou baixa tensão, posto de transformação, redes de baixa tensão, instalações eléctricas de edifícios, estações de bombagem ou outras infra-estruturas similares	55
A3	Drenagens e valas, cortinas de abrigo e outras infra-estruturas similares Regadios: redes de rega, reservatórios, pequenas barragens, açudes, estações de bombagem e outras infra-estruturas similares	55
A4	Reparação de: melhoramentos fundiários; construções agrícolas e pecuárias; cercas, vedações e muros de suporte; estufas; culturas permanentes destruídas: vinha, pomares, prados e outras	55
A5	Reparação de sistemas de rega, máquinas e outros equipamentos Aquisição de reprodutores	45
A6	Apoio, com a participação e supervisão da Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola, à reparação ou recuperação de infra-estruturas colectivas agrícolas destruídas, englobando as seguintes acções: Limpeza e reperfilamento de valas e linhas de água Desassoreamento de terras Reparação de rombos em valados Nivelamento Reposição de solo agrícola arrastado	100

Nota. — Para os concelhos de Faro, Olhão e Tavira haverá uma majoração de 10 %, excepto para a medida A6.

Medida B — Bonificação de créditos de funcionamento

B1 — Linha de Crédito Específico para o Algarve (Dec.-Lei 19-A/90, de 12-1):

Bonificações das taxas de juro:

- 1.º, 2.º e 3.º anos — 50 %;
- 4.º ano — 30 %;
- 5.º ano — 20 %
- 6.º ano — 0 %

B2 — Apoio social de emergência aos agricultores do Algarve:

Custo total da medida — 200 000 contos.

B3 — Alteração do Plano de Reembolso da Linha de Crédito Intempéries 1988:

Custo total da medida — 2 235 279 contos.

B4 — Linha de Crédito Temporais Out./Inv. 1989:

Bonificações das taxas de juro:

- 1.º e 2.º anos — 50 %;
- 3.º ano — 40 %;
- 4.º ano — 30 %;
- 5.º ano — 20 %;
- 6.º ano — 0 %.

Medida C — Reinstalação de culturas, unidades de exploração e experimentação

		Níveis de ajuda
C1	Fomento da produção de forragens para fazer face à previsível falta de pâlhas e fenos (sorgo).	Sequeiro — 10 000\$/ha. Regadio — 20 000\$/ha.
C2	Apoio à citricultura no Algarve (concelhos: Faro, Olhão e Tavira).	Capital fundiário (a). Capital expl. fixo (b).
C3	Reinstalação de unidades pecuárias e abrigos elevados — Faro/Olhão/Tavira.	Capital fundiário — 65 %. Capital expl. fixo — 55 %.

(a) 45 % para ocupações propostas por uma só pessoa singular ou colectiva; 70 % para operações propostas por duas ou mais pessoas singulares ou colectivas.

(b) 30 % para operações propostas por uma só pessoa singular ou colectiva; 55 % para operações propostas por duas ou mais pessoas singulares ou colectivas.

4 — Beneficiários — têm acesso aos subsídios no âmbito deste Programa as pessoas singulares ou colectivas que tenham por actividade a agricultura e constem das linhas de inscrição do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação e cujas candidaturas sejam por este confirmadas.

5 — Âmbito — o Programa aplica-se nas Direcções Regionais de Agricultura da Beira Interior, Ribatejo e Oeste, Alentejo e Algarve. Nas restantes regiões agrárias do continente português e na Região Autónoma dos Açores serão considerados casos pontuais previamente identificados pelos serviços.

6 — Financiamento — O FEOGA — Orientação financia 75 % do montante do subsídio atribuído às medidas A e C. A medida B é totalmente financiada pelo Estado Português.

O montante total de subsídios aprovados é de 10,4 milhões de contos, sendo 3,8 milhões de contos a cargo do FEOGA — Orientação e 6,6 milhões de contos a cargo do Estado Português.

7 — Duração do Programa:

Medida A — até 1992, inclusive;
Medida C — até 1993, inclusive.

LIVROS DA IMPRENSA NACIONAL

im IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA

José Bruno Carreiro

OS MAIAS
Adaptação teatral
do original de
Eça de Queirós

Prefácio de
J. Almeida Pavão
Estudo de
Carlos Reis

JOSÉ BRUNO CARREIRO
OS MAIAS
ADAPTAÇÃO TEATRAL DO ORIGINAL DE EÇA DE QUEIRÓS
Prefácio de J. ALMEIDA PAVÃO
Estudo de CARLOS REIS

BIBLIOTECA DE AUTORES PORTUGUESES

Co-Edição da I.N.C.M./Secretaria Regional de Educação e Cultura — Região Autónoma dos Açores

LIVROS

DA IMPRENSA NACIONAL

IMPRENSA NACIONAL

MEMÓRIAS DO MARQUÊS DE FRONTEIRA E D'ALORNA

... Esta maravilha encontrava-se (com sorte) nos alfarrabistas e na Biblioteca Nacional. Graças à Imprensa Nacional ei-la ao alcance de todos, fac-similada, sem acrescentos nem notas redundantes...

Clara Ferreira Alves
(Expresso)

Já se encontram à venda os cinco volumes desta obra fundamental para a compreensão do Séc. XIX.



DIÁRIO DA REPÚBLICA

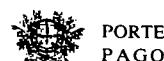
Depósito legal n.º 8814/85

ISSN 0870-9963

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — Preço de página para venda avulso, 5\$; preço por linha de anúncio, 104\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 20\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex